

REFLEXÕES CONCEITUAIS SOBRE A HISTÓRIA DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS: POSSIBILIDADES E CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS DE GRAMSCI

MARCUS RIBEIRO

Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, Pará, Brasil.

ALBERTO DAMASCENO

Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, Pará, Brasil.

SMILE GOLOBOVANTE

Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, Pará, Brasil.

RESUMO: O presente estudo, inserido no campo da História da Educação, objetiva analisar as possibilidades de uso da teoria gramsciana na investigação da História das Políticas Educacionais. A partir da concepção de Estado Ampliado de Antonio Gramsci, examinamos como as políticas educacionais são resultantes da interação entre sociedade política e sociedade civil, sendo permeadas por disputas hegemônicas. Metodologicamente, trata-se de um ensaio teórico baseado em revisão bibliográfica, com ênfase na produção gramsciana e em estudos que aplicam sua teoria à análise da educação. O artigo argumenta que a abordagem gramsciana possibilita a interpretação das políticas educacionais não apenas como diretrizes formais do Estado, mas como instrumentos de disputa ideológica e construção da hegemonia. Assim, contribui para o aprofundamento das análises historiográficas sobre o papel do Estado e da sociedade civil na estruturação da educação.

PALAVRAS-CHAVE: História da Educação. Políticas Educacionais. História das Políticas Educacionais. Antonio Gramsci.

INTRODUÇÃO

O presente estudo, inserido no campo da História da Educação, configura-se como um ensaio teórico cujo objetivo é compreender as possibilidades de uso da teoria gramsciana em estudos relacionados à História das Políticas Educacionais. A relevância deste estudo se dá pela necessidade de estudos que aprofundem o debate acerca da ação do Estado, em seu sentido mais amplo, no âmbito educacional, considerando que as políticas educacionais não são apenas expressões formais da ação estatal, mas também produtos de disputas hegemônicas que envolvem os sujeitos da sociedade política e da sociedade civil.

Nesta perspectiva, os conceitos de Gramsci representam uma possibilidade de aporte teórico que oferecem um expressivo subsídio para análise histórica das políticas educacionais, pois permite compreender de modo mais cristalino a educação como instrumento de construção de hegemonia, articulando o consenso e a coerção na conformação da ordem social. Dessa forma, nossas reflexões aqui expostas buscam evidenciar como os conceitos gramscianos, especialmente os de “Estado Ampliado”, “Aparelhos Privados de Hegemonia” e “Intelectuais Orgânicos”, podem contribuir para o

estudo das políticas educacionais, ampliando a compreensão de sua elaboração, implementação e consolidação ao longo da história.

No que tange à metodologia utilizada para a construção deste texto, iniciamos fazendo um levantamento e uma análise bibliográfica, com ênfase em algumas obras de Gramsci e em estudos de autores que aplicam sua teoria à História da Educação e às Políticas Educacionais. Posteriormente, desenvolvemos a leitura e a interpretação de produções acadêmicas que visam a construir uma abordagem que permite compreender como as políticas educacionais foram estruturadas em diferentes contextos históricos, a partir da relação dialética entre sociedade política e sociedade civil.

HISTÓRIA DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

Ao abordar a temática da História das Políticas Educacionais, é preciso compreender alguns termos que a antecedem e/ou abrangem. Nesse sentido, a abordagem etimológica auxilia na construção de uma compreensão mais aprofundada dos conceitos fundamentais que estruturam essa área do conhecimento, tais como Política, Políticas Públicas, Políticas Sociais e Políticas Educacionais.

O termo "política" tem origem no grego *pólis* (πολις), que se refere à cidade-Estado na Antiguidade, representando não apenas o espaço urbano, mas a organização coletiva da sociedade e as relações de poder que a permeiam. Derivado de *politikós* (πολιτικός), o conceito evoluiu para designar tudo o que concerne à vida pública, à governança e à administração dos interesses comuns. Desde Aristóteles, a política é compreendida como a arte de governar, estando intrinsecamente ligada à estruturação das relações sociais e à disputa pelo poder.

Ao tratar de política, inevitavelmente cruzamos com um conceito fundamental: o poder. Para compreender a política em suas múltiplas dimensões, é necessário reconhecer que o poder não se restringe a uma noção abstrata, mas se manifesta concretamente nas relações sociais. Nesse sentido, recorremos a Bobbio (1998), que distingue o poder político do poder sobre a natureza. Enquanto este último diz respeito à capacidade humana de transformar o meio natural por meio da técnica e do conhecimento, o poder político se insere no campo das interações humanas, onde indivíduos ou grupos exercem influência ou controle sobre outros. Assim, compreender o poder é essencial para analisar como as políticas públicas, sociais e educacionais são formuladas, implementadas e disputadas ao longo da história. Por exemplo, a relação entre governantes e governados evidencia como o poder é estruturado dentro de uma sociedade, assim como as interações entre soberano e súditos, Estado e cidadãos, ou ainda entre autoridade e obediência, são todas manifestações do poder político (Bobbio et al, 1998).

Em consonância com esta ideia, Chauí (2000) acrescenta que o conceito de política se refere aos assuntos públicos geridos pelos cidadãos, incluindo costumes, leis, finanças públicas, organização da defesa e da guerra, e a administração de serviços essenciais, o que abrange a construção e manutenção de infraestrutura como ruas, estradas, portos, templos e fortificações, bem como a realização de obras de irrigação.

Além disso, envolve a regulação das atividades econômicas da cidade, como a emissão de moeda, a arrecadação de impostos e tributos, e a negociação de tratados comerciais. Cada uma dessas relações evidencia a complexidade das estruturas políticas, onde a Política é entendida como a arte de governar, organizar e regular a vida em comunidade. Em essência, a Política é a arena onde se negociam os interesses coletivos e onde o poder se manifesta de forma concreta na vida dos cidadãos.

Por sua vez, o termo "política pública" deriva da ideia de que as decisões e ações do Estado são voltadas para o bem coletivo, sendo formuladas a partir de princípios que regulam a vida em sociedade. A palavra "pública" tem origem no latim *publicus*, que significa "pertencente ao povo" ou "relativo à coletividade". Neste sentido, as políticas públicas, de acordo com Vieira (2015), consistem em ações governamentais em diversas áreas, a exemplo da saúde e da educação; no entanto, é necessário ressaltar que elas envolvem mais do que uma decisão política isolada, pois constituem conjuntos de ações estratégicas implementadas com a autoridade soberana do poder público com vistas ao atingimento de objetivos específicos na sociedade (Rua, 1997). Sob esta lógica,

embora uma política pública implique decisão política, nem toda decisão política chega a constituir uma política pública. Um exemplo encontra-se na emenda constitucional para reeleição presidencial. Trata-se de uma decisão, mas não de uma política pública. Já a privatização de estatais ou a reforma agrária são políticas públicas (Rua, 1997, p. 1-2).

Por isso, é possível inferir que enquanto uma decisão política pode ser uma ação isolada ou uma simples mudança na legislação, uma política pública é um processo mais amplo, que envolve idealização, planejamento e execução de projetos implementados pelo Poder Público que podem, ou não, ser demandas populares.

No que tange às políticas sociais, a palavra "social" vem do latim *socialis*, que diz respeito à comunidade, à associação entre indivíduos e ao pacto que mantém a coesão de um grupo. Dessa forma, as políticas sociais são políticas públicas realizadas em diversos setores, a exemplo da saúde e da habitação, situadas no âmbito social (Vieira, 2015), assim entendidas por serem "fruto da dinâmica social, da inter-relação entre os diversos atores, em seus diferentes espaços e a partir dos diversos interesses e relações de força" (Piana, 2009, p. 23). No âmbito educacional, por exemplo, a demanda social por educação resultou em um processo histórico relativamente longo caracterizado pela luta por um ensino público, gratuito e democrático. Nessa perspectiva, para Fleury (2010), afirma que

o termo designa o conjunto de intervenções políticas de caráter distributivo, voltadas para assegurar o exercício dos direitos sociais da cidadania e impulsionar a segurança e coesão da sociedade por meio do acesso e utilização de benefícios e serviços sociais considerados como necessários para promover a justiça social e o bem-estar dos membros da comunidade (Fleury, 2010, p. 1).

Em relação às Políticas Educacionais, estas representam uma vertente das políticas sociais voltadas para a regulação e o desenvolvimento da educação. O termo

"educação" tem raiz no latim *educare*, que significa "conduzir para fora", remetendo ao processo de guiar o indivíduo para o conhecimento e para a formação integral. Assim, as políticas educacionais correspondem ao conjunto de normas, diretrizes e práticas institucionais que orientam a organização dos sistemas de ensino, desde a educação infantil até o ensino superior, abrangendo a formação de professores, o financiamento da educação e a definição curricular.

Quanto à expressão Políticas Educacionais, para Vieira (2015), a diferença existente em razão do uso das palavras com maiúsculas ou minúsculas, se refere à discrepância entre o campo da Ciência Política que se propõe a investigar as ações e iniciativas do Poder Público no âmbito educacional. Ações e iniciativas que a autora entende como políticas educacionais, com letras minúsculas (Vieira, 2015).

Seguindo linha de raciocínio semelhante, Paviglianiti (1993) define as Políticas Educacionais (com maiúsculas), enquanto disciplina, como o

estudo da "governabilidade", de como se dá sentido e direção à prática institucionalizada da educação, colocando ênfase no Estado como ator central. Mais especificamente, a Política Educacional é o estudo do conjunto de forças que tentam dar direcionalidade ao processo educativo e das relações que se dão dentro do Estado – entendido este como a interseção entre a sociedade política e a sociedade civil – para a configuração e controle da prática institucionalizada da educação, dentro de uma formação histórica determinada (Paviglianiti, 1993, p. 6).

Em consonância com as autoras mencionadas, entendemos como Política Educacional o campo de estudos que tem como objetivo analisar a ação do Estado no âmbito educacional, enquanto ator principal no processo de formulação de políticas, alocação de recursos, regulação e regulamentação a partir da relação entre a sociedade política e sociedade civil.

A História das Políticas Educacionais, portanto, não se restringe apenas à análise de medidas e legislações que estruturam a educação ao longo do tempo, mas também à compreensão dos processos históricos, dos embates ideológicos e das disputas políticas que influenciam essas decisões e a construção da hegemonia. Ao estudar essa trajetória, é possível perceber como a educação se constitui como um espaço de disputa pela hegemonia, permeado por interesses diversos, e como as políticas educacionais refletem as dinâmicas sociais e econômicas de cada período histórico.

Como já referido, o estudo aqui proposto está inserido no campo da História da Educação e, portanto, é desenvolvido a partir da abordagem histórica, o que significa que buscaremos contribuir com um campo que estuda objetos que analisam as transformações na sociedade ao longo do tempo, observando e compreendendo os acontecimentos em sua complexidade, levando em consideração suas causas e consequências. Isto posto, partindo do entendimento de que a Política Educacional possui uma trajetória histórica ao longo do tempo, a História das Políticas Educacionais se configura como uma temática que se propõe a investigar historicamente o processo de instituição e implementação das políticas educacionais, variando de acordo com o

contexto político, social, econômico e cultural de cada período e localidade. De acordo com Sanfelice (2004),

uma história das políticas educacionais pode ainda ser objeto de um tratamento teórico mais denso, quando se utiliza de bibliografia especializada, desde os clássicos, que abordam as complexas questões a respeito da natureza do Estado, questões do “poder”, questões da sociedade civil e o papel das políticas sociais e/ou públicas no âmbito das sociedades modernas. Trata-se mais de entender o papel que as políticas educacionais têm exercido nas sociedades do que estudar as fontes que traduzem o registro da sua geração e lhes dão materialidade (Sanfelice, 2004, p. 124).

Sanfelice (2004) nos aponta, ainda, para a necessidade de não desenvolvermos uma simples narração factual e cronológica, mas incorporar uma análise profunda das dinâmicas sociais, políticas, econômicas e culturais que moldaram essas políticas ao longo do tempo. Nesta perspectiva, concordamos com Sanfelice ao defender que

a maioria de nós, quando trabalhamos com políticas educacionais, produzindo dissertações, teses ou outro tipo de produção na área de história da educação, fazemo-lo com grande prioridade ao século XX e voltados para períodos muito recentes ou até do presente. De certa maneira, todas as minhas referências utilizadas aqui reproduzem este quadro e seria interessante que se fizesse uma discussão também sobre as fontes da história das políticas educacionais (no Brasil) no transcorrer do século XIX, por exemplo. Com certeza, encontraremos algumas diferenças quanto a elas (Sanfelice, 2004, p. 129).

Aqui se estabelece uma crítica e uma proposta de ampliação sobre a abordagem dominante na pesquisa sobre políticas educacionais, especialmente no que se refere à tendência clara de se concentrar no século XX e nos períodos mais recentes, incluindo até mesmo o presente. Embora essa escolha seja compreensível, Sanfelice (2004) sugere que essa abordagem possui limites e que seria relevante expandir o olhar para o século XIX. Ele argumenta que, ao examinar esse período, seria possível encontrar fontes e perspectivas diferentes das que dominam o século XX, o que enriqueceria o estudo da História das Políticas Educacionais com um olhar mais amplo, com o objetivo de compreender a evolução e as mudanças nas políticas educacionais de maneira mais abrangente e histórica.

Em sintonia com a proposta de Sanfelice (2004), pensamos que a pesquisa histórica sobre os processos de elaboração e implementação de políticas públicas no âmbito educacional são relevantes para a análise na área da educação, com potencial de identificar tendências e mudanças nos sistemas educacionais ao longo dos diferentes contextos históricos, além de contribuir, pois como destaca Saviani (2001, p. 1), ao afirmar que “a história da educação, enquanto repositório sistemático e intencional da memória educacional, será uma referência indispensável na formulação da política educacional que se queira propor de forma consistente, em especial nos momentos marcados por intentos de reformas educativas”.

Um terceiro parâmetro refere-se à compreensão da História das Políticas Educacionais como parte integrante da História Política, o que torna sua análise ainda mais relevante. Sanfelice (2004) afirma que a História das Políticas Educacionais é, de fato, História Política, especialmente quando se considera a ampliação das abordagens nos estudos históricos, influenciadas pela História Social Inglesa. Essa tradição historiográfica, marcada por autores como E. P. Thompson e Perry Anderson, enfatiza a relação entre estrutura e agência, destacando como as políticas são produtos de conflitos, negociações e interesses dentro da sociedade.

Thompson (1981) argumenta que os processos históricos não podem ser reduzidos a determinismos estruturais, pois são constantemente moldados pela ação consciente dos indivíduos e grupos sociais que, mesmo inseridos em determinadas condições materiais, exercem agência e resistem às imposições do Estado e das elites. Dessa forma, compreender a História das Políticas Educacionais sob essa perspectiva permite analisar não apenas a ação estatal na formulação das políticas, mas também as disputas entre diferentes setores sociais que influenciam e reconfiguram essas políticas ao longo do tempo. Isso evidencia que a investigação sobre as políticas educacionais não pode ser dissociada das dinâmicas políticas mais amplas, fortalecendo seu papel na compreensão da estruturação e transformação da educação em diferentes contextos históricos.

Conforme tratado por Julliard (1976) a história política contemporânea se concentra no estudo do poder e de sua distribuição. O foco não está apenas nos atos e pensamentos das lideranças políticas, mas também em como as instituições políticas respondem e se ajustam às interações com diversas esferas sociais, uma vez que estes não funcionavam isoladamente, mas sendo parte integrante de um projeto político maior. Nesta perspectiva, é importante considerar que

tratar do que [determinado] governo faz, ou deixa de fazer, em educação como política pública talvez seja mais um esforço lógico e político de distinguir uma questão de pesquisa do que, propriamente, o exemplo mais claro de recriação de um objeto de estudo. No entanto, diante da grave situação do ensino público atual, entender a história da ação de governo na educação é, sobretudo, aceitar o desafio de lembrar aquilo que, nas palavras de Hobsbawm (1995, p. 107), os “colegas-cidadãos desejam esquecer” (Paulilo, 2010, p. 504).

Diante disto, é preciso que durante o desenvolvimento desta temática, seja realizada uma análise crítica da memória histórica e da responsabilidade governamental, enfatizando a necessidade de resgatar e compreender essas ações governamentais no contexto social e cultural no qual foram produzidas, uma vez que

estudar a história do político é estar convencido de que o político existe por si mesmo, professar que ele tem uma consistência própria e uma autonomia suficiente para ser uma realidade distinta. O historiador nem por isso crê que o político mantenha todo o resto sob sua dependência. Seria ingênuo acreditar que o político escapa

das determinações externas, das pressões, das solicitações de todo tipo (Rémond, 1996, p. 445).

Nessa medida, é necessário um cuidado especial no desenvolvimento deste estudo em relação ao emprego dos termos e conceitos utilizados para que não haja risco de cometermos o equívoco do anacronismo ao usarmos conceitos e/ou concepções de uma determinada época – especialmente do período atual – para analisar os fatos de outro período, tendo em vista que alguns conceitos são relativamente recentes em contraste com o recorte de nosso objeto de estudo.

A História das Políticas Educacionais é uma temática que exige uma abordagem interdisciplinar, uma vez que transita entre campos distintos com seus respectivos referências teóricas. Compreender a formulação e implementação das políticas educacionais requer um olhar atento às interações entre Estado *stricto sensu* e sociedade, evitando análises reducionistas ou anacrônicas. Como destaca Sanfelice (2004), a pesquisa não deve se limitar a narrativas factuais, mas sim explorar as forças políticas e sociais que moldam a educação. A mencionada distinção entre políticas educacionais como ações do poder público e Políticas Educacionais como campo de estudo ilustra a complexidade da temática e a necessidade de rigor metodológico para compreender o papel das instituições e atores políticos ao longo do tempo.

HISTÓRIA DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS E GRAMSCI

Ao buscar ampliar o campo da História das Políticas Educacionais, evidenciamos a importância e a viabilidade da teoria gramsciana como ferramenta analítica fundamental. A perspectiva de Gramsci permite compreender a educação não apenas como uma política pública isolada, mas como parte de um projeto hegemônico em disputa, no qual Estado e sociedade civil se articulam na produção e reprodução do consenso. Dessa forma, ao investigar as políticas educacionais, não nos limitamos à análise de leis e documentos institucionais, mas buscamos identificar os conflitos, negociações e interesses que permeiam sua formulação e implementação. A teoria gramsciana, ao destacar o papel dos intelectuais e das instituições educativas na consolidação de hegemonias, reforça a necessidade de uma abordagem que transcenda o normativo e o burocrático, compreendendo a educação como um campo estratégico de disputa entre diferentes projetos societários. Suas formulações fornecem subsídios teóricos fundamentais para essa análise, especialmente ao integrar a cultura como um conceito central. A partir dessa perspectiva, torna-se possível compreender a educação não apenas como uma política institucional, mas como um espaço de construção, resistência e transformação social, pois

cultura foi por ele entendida como “modo de viver, de pensar e de operar” ou “modo de ser e de viver” (GRAMSCI, 1999, p. 258-259) de uma sociedade, no desenvolvimento do processo histórico. Como pensador e militante político, Gramsci estava preocupado em identificar as estratégias utilizadas pelas várias frações da classe dominante para obter o consentimento ativo ou passivo do conjunto da sociedade à sua concepção de mundo, ao seu projeto político e às formulações e práticas culturais e políticas que

contribuíssem para a efetivação de uma reforma intelectual e moral das classes trabalhadoras rumo a uma sociedade socialista (Martins; Neve, 2014, p. 348).

Martins e Neve (2014) destacam que, no capitalismo monopolista, o Estado em sentido estrito e o partido na sociedade civil passaram a atuar de maneira mais sistemática na formação do consenso, promovendo uma “pedagogia da hegemonia” para garantir a adesão orgânica da maioria da sociedade ao projeto político da burguesia. Esse aspecto reforça a necessidade de abordarmos o conceito de Estado ampliado, fundamental para compreender como as políticas educacionais se inserem em uma dinâmica de articulação entre sociedade civil e sociedade política. O uso da teoria gramsciana nesse campo permite evidenciar que as políticas educacionais não são apenas instrumentos administrativos, mas espaços de disputa nos quais diferentes grupos sociais negociam e consolidam concepções de mundo. Assim, ao analisar o contexto histórico em que essas políticas são idealizadas e implementadas, torna-se possível identificar a educação como um terreno estratégico para a construção e manutenção da hegemonia das classes dirigentes, evidenciando seu papel central nas dinâmicas de poder e controle social.

Na leitura gramsciana, o papel do Estado se torna mais complexo e mediado, uma vez que é influenciado por diversos atores sociais e políticos, ao mesmo tempo em que se desenvolvem múltiplos sujeitos coletivos representando diferentes interesses e projetos. Nesse contexto, a cultura, entendida como um elemento central na disputa pela hegemonia, manifesta-se na intervenção política e se conecta de maneira mais profunda com a sociedade civil. Isso amplia a participação e mobilização de diversos grupos sociais, tornando os processos de dominação mais dinâmicos e complexos.

Ao mencionar que, por Estado, deve-se entender, além do aparelho de governo, também o aparelho “privado” de hegemonia ou sociedade civil (...), Gramsci evidencia que este não se reduz a uma única organização, mas refere-se uma rede diversificada e plural de organismos nascidos no espaço da sociedade civil. Neste caso, parece que o termo sociedade civil é utilizado em oposição à sociedade política, mas o objetivo de Gramsci é apenas demonstrar que há um espaço organizativo importante para além desta, mas que se conecta organicamente com ela (sociedade política). Assim, na configuração do Estado, há uma organização “política” e uma organização “civil” que se distinguem, mas são inseparáveis e atuam juntas, conformando a concepção dialética e integral de Estado, concepção esta que amplia e acrescenta novas determinações à compreensão marxista do Estado, entendido comumente como comitê organizador dos negócios da burguesia (Marcassa; Pessoa, 2024, p. 19).

O conceito de Estado Ampliado representa uma inovação fundamental na teoria gramsciana, abrindo um vasto campo de possibilidades para estudos sobre a História das Políticas Educacionais. Gramsci rompe com a visão tradicional que restringe

o Estado às suas instituições repressivas, como governo, exército e sistema judicial, e propõe uma compreensão mais ampla, que incorpora também a sociedade civil e seus mecanismos de produção de consenso. Essa perspectiva permite analisar as políticas educacionais não apenas como imposições do aparato estatal, mas como resultado de disputas, negociações e processos de hegemonia construídos no seio da sociedade. No campo da História da Educação, essa abordagem revela a necessidade de compreender o poder para além da coerção, destacando o papel central das práticas culturais e institucionais na formação e reprodução das relações de dominação.

A partir deste enfoque, o Estado Ampliado se torna relevante para o entendimento dos processos e desafios da política educacional em períodos nos quais o poder foi exercido de maneira difusa e articulada por meio de instituições que não se limitavam ao governo, a exemplo das representações de classe que, agregadas a estruturas de gestão educacional e órgãos híbridos de controle, sustentavam as narrativas favoráveis ao fortalecimento da governança da época, respaldando sua hegemonia, manifestada em seu domínio sobre os estabelecimentos escolares, seus funcionários e usuários.

É assim que grandes sindicatos, organizações classistas, jornais de grande tiragem, fundações de cunho empresarial, organismos multilaterais, redes de institutos e universidades, círculos de cultura, igrejas e escolas se integram e participam das disputas hegemônicas. Eis a “esfera social nova” observada por Gramsci em relação ao fenômeno estatal nas sociedades ocidentais modernas, uma esfera dotada de leis e de funções relativamente autônomas e específicas, tanto em face do mundo econômico, quanto dos aparelhos repressivos e coercitivos do Estado, e que refletem o grau de auto-organização dos grupos e classes sociais. Foi esse fenômeno, caracterizado pela expansão e diversificação de organismos coletivos que deram materialidade à sociedade civil, o que permitiu a Gramsci compreender a existência de uma “trama privada” do Estado (Marcassa; Pessoa, 2024, p. 8).

Assim sendo, quando o Estado *stricto sensu* cria ou amplia uma determinada política educacional, não estamos apenas diante de uma ação isolada do aparato estatal, mas do funcionamento do Estado Ampliado, que opera na difusão da hegemonia das classes dirigentes sobre as classes subalternas. Esse processo se concretiza por meio dos aparelhos privados de hegemonia, que incluem desde instituições educacionais até organismos multilaterais, fundações empresariais e redes acadêmicas. Dessa forma, a política educacional não é apenas um instrumento administrativo, mas um espaço estratégico de disputa ideológica, onde valores, concepções de mundo e projetos políticos são negociados e incorporados. É nesse contexto que se torna fundamental analisar como determinados grupos se apropriam dessas políticas e as direcionam em favor de seus interesses, transformando, por exemplo,

em base de ações vitais, em elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral. O fato de que uma multidão de homens seja conduzida a pensar coerentemente e de maneira unitária a realidade presente é um fato filosófico bem mais importante e

'original' do que a descoberta, por parte de um 'gênio filosófico', de uma nova verdade que permaneça como patrimônio de pequenos grupos intelectuais (Gramsci, 1999, p. 95).

Estreitamente vinculado ao conceito de Estado Ampliado, Gramsci desenvolve o conceito de Aparelho Privado de Hegemonia, partindo da premissa de que o Estado, para além do uso da coerção, precisa também de coesão, necessita construir o consenso, obtido por meio de um processo "educativo" que se dá através de entidades, instituições, órgãos de diferentes origens, mas de natureza privada, não governamental. Trata-se, segundo ele, de dois grandes planos:

o que pode ser chamado de "sociedade civil" (isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente como "privados") e o da "sociedade política ou Estado", planos que correspondem, respectivamente, à função de "hegemonia" que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de "domínio direto" ou de comando, que se expressa no Estado e no governo "jurídico". Estas funções são precisamente organizativas e conectivas (Gramsci, 2001, p. 20-21).

Tais organismos, denominados aparelhos de hegemonia, cumprem uma função basilar no processo de dominação na medida em que são espaços "não oficiais" que produziram uma "opinião pública" "independente" e "imparcial", garantindo, dessa forma, a adesão de pessoas e grupos à sua forma organizativa e direção. Nesta perspectiva, esse aparelho, ao superar os limites do espaço público — pertinente ao Estado — integra as ações e iniciativas das classes dirigentes, reforçando sua estratégia de dominação e realizando o projeto hegemônico.

No que tange ao campo da educação, Sheen (2007) defende a concepção de que "a Política Educacional, embora responda ao econômico, não só através da qualificação da força de trabalho, mas também por meio da inculcação de padrões culturais e ideológicos necessários à dominação de classe" (Sheen, 2007, p. 3). Um dos meios para essa inculcação pode se dar a partir da garantia prévia de que uma determinada norma terá aceitação pacífica dos subalternos.

Em outros termos, a legislação vem concretizar ou legitimar uma disputa que já se deu e foi definida no plano da sociedade civil. Há, assim, dois momentos na Política Educacional: o momento do processo, de elaboração da tendência hegemônica, e o momento do produto, da materialização da política. A Política Educacional abrange, pois, as atividades educacionais tanto da sociedade política quanto da sociedade civil (Sheen, 2007, p. 9).

A partir desse entendimento podemos admitir que os processos de implementação de determinadas políticas educacionais por parte do governo, necessitam da produção de consensos junto aos sujeitos que efetivariam (ou não) tais

políticas, reforçando a necessidade da construção destes como intelectuais, uma que na leitura gramsciana eles seriam

“prepostos” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é (...) do consenso “espontâneo” dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce “historicamente” do prestígio (e, portanto, da confiança) obtido pelo grupo dominante por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção (Gramsci, 2001, p. 21).

Diferentemente da visão tradicional de intelectuais como um grupo distante e autônomo, Gramsci enfatiza que todos os grupos sociais, ao se organizarem, produzem seus próprios intelectuais, que não são apenas pensadores ou acadêmicos, mas também exercem a tarefa de organizar e dirigir outros agentes contribuindo para a formação de uma consciência coletiva, distinguindo-se dos intelectuais tradicionais, que são vistos — e se veem — como classe apartada e autônoma que tende a perpetuar a hegemonia cultural dominante. Os intelectuais orgânicos, do contrário, estão necessariamente ligados às lutas e interesses de uma classe social específica, engajando-se na construção da hegemonia ou contra hegemonia, no caso de desejarem a transformação das relações de poder.

Se partirmos do princípio, como já desenvolvido anteriormente, que a hegemonia, para Gramsci, refere-se ao domínio não apenas pela força, mas principalmente pelo consentimento alcançado através da cultura, da ideologia e da formação de mentalidades, os intelectuais orgânicos tornam-se essenciais neste processo, pois atuam na disseminação de valores, ideias e visões de mundo e de educação, legitimando os interesses de uma determinada classe — que pode não ser a sua classe de origem. Assim, ajudam a construir uma compreensão da realidade que orienta a ação política, a exemplo dos sujeitos que atuaram na construção e na efetivação, que acabavam por propagar aspirações, diretrizes, resoluções e orientações pedagógicas e educacionais a serviço do pensamento hegemônico.

Com base nessa chave de entendimento, é preciso que ao analisarmos determinados objetos de estudo nos atentemos a seus respectivos contextos históricos, verificando se tratam de processos caracterizados como ações políticas propostas a partir da conexão da sociedade política com a sociedade civil, com vistas à fragilização das possíveis disputas de interesse entre governo e profissionais da educação, identificando interesses e iniciativas nem sempre explícitas, assim como seus condicionantes, para a definição das diretrizes da legislação educacional que daria suporte às transformações promovidas pelos republicanos no campo da instrução pública.

É sob essa ótica que recorremos ao conceito gramsciano de “aparelho privado de hegemonia”, que designa instituições e estruturas que desempenham um papel central na disseminação de ideias, valores e princípios dominantes. Ao usar esta lente para nos debruçarmos sobre a análise de estudos inseridos na História das Políticas Educacionais, podemos interpretá-los como processos que podem ter sido influenciados e/ou encabeçados pelas classes dirigentes para direcionar e moldar o projeto de

educação da época, fortalecendo sua hegemonia e o controle sobre o sistema educacional, em consonância com seus interesses, tendo em vista que

a realização de um aparelho hegemônico, enquanto cria um novo terreno ideológico, determina uma reforma das consciências e dos métodos de conhecimento, é um fato de conhecimento, um fato filosófico. Em linguagem crociana: quando se consegue introduzir uma nova moral conforme a uma nova concepção do mundo, termina-se por introduzir também esta concepção, isto é, determina-se uma completa reforma filosófica (Gramsci, 2015, p. 286).

As contribuições de Gramsci para a análise das fontes históricas se dão na medida em que entendemos que a cultura é um processo formativo resultante da prática de lutas sociais e espaço de síntese das manifestações e contradições da realidade; ela está firmada no plano ideológico e é compreendida como “processo de formação que corresponde a um modo de vida e que tem sua afirmação societária na luta entre diversos projetos que visam à direção social” (Vieira, 2003, p. 89), por isso reafirmamos a importância dos mecanismos ideológicos e culturais na construção da educação ao longo do tempo, pois a partir disso seria possível criar um consenso quanto à visão de mundo sem a necessidade do uso da força, da ação coercitiva, pois,

uma das características mais marcantes de todo grupo que se desenvolve no sentido do domínio é sua luta pela assimilação e pela conquista “ideológica” dos intelectuais tradicionais, assimilação e conquista que são tão mais rápidas e eficazes quanto mais o grupo em questão for capaz de elaborar simultaneamente seus próprios intelectuais orgânicos (Gramsci, 2001, p. 19).

Também nos interessa considerar as contribuições gramscianas, especialmente no que se refere ao papel educador do Estado, no sentido amplo, para compreender a consolidação de determinada política, particularmente no que tange à sua política curricular, de financiamento, de avaliação, entre outras, como estratégia para amalgamar e naturalizar a ideia de que o estado burguês, a sociedade burguesa e as relações sociais de produção capitalistas seriam universais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo desenvolvido permitiu compreender como a teoria gramsciana oferece um aporte analítico fundamental para a História das Políticas Educacionais, ao destacar a relação entre sociedade política e sociedade civil na formulação e implementação das políticas educacionais. A concepção de Estado Ampliado de Gramsci amplia a análise dos processos educativos, evidenciando que as políticas educacionais não são apenas diretrizes formais, mas instrumentos permeados por disputas hegemônicas que envolvem tanto coerção quanto consenso.

A cultura, nesse contexto, assume um papel central, pois se constitui como um espaço de luta ideológica no qual a educação é um dos principais vetores da reprodução ou transformação das relações de poder. Nesta perspectiva, a atuação dos Aparelhos Privados de Hegemonia, como partidos, sindicatos, instituições educacionais e organizações da sociedade civil, reforça a necessidade de uma abordagem histórica que não se prenda à dimensão normativa e investigue os meios pelos quais se consolidam ou se contestam determinados projetos educacionais. Dessa forma, percebemos que a construção do consenso em torno das políticas educacionais não ocorre de maneira espontânea, mas resulta de processos dialéticos de negociação e disputa.

A partir desse entendimento, a educação se mostra como um espaço estratégico para a difusão da hegemonia, na medida em que currículos, práticas pedagógicas e avaliações não são neutros, mas refletem concepções de mundo e interesses específicos. O papel dos intelectuais orgânicos é preciso neste processo, uma vez que são estes que articulam, disseminam, questionam, dirigem e/ou botam em prática os projetos políticos que orientam as políticas educacionais.

Ao analisar a História das Políticas Educacionais sob a ótica gramsciana, exercitamos um olhar crítico sobre as estruturas de poder que organizam o campo educacional e a importância da análise da atuação de diferentes sujeitos que disputam a direção dessas políticas. Essa perspectiva possibilita avançar na compreensão da educação como um processo historicamente situado, que pode tanto reforçar a hegemonia vigente quanto ser um meio para a construção de alternativas contra hegemônicas. Por fim, consideramos que o estudo aqui apresentado contribui para um debate mais aprofundado sobre as relações entre educação, política e sociedade.

Artigo recebido em: 10/04/2025

Aprovado para publicação em: 05/08/2025

CONCEPTUAL REFLECTIONS ON THE HISTORY OF EDUCATIONAL POLICIES: THEORETICAL POSSIBILITIES AND CONTRIBUTIONS OF GRAMSCI

ABSTRACT: This study, situated within the field of the History of Education, aims to analyze the possibilities of using Gramscian theory in the investigation of the History of Educational Policies. Based on Antonio Gramsci's conception of the Expanded State, we examine how educational policies result from the interaction between political society and civil society, being permeated by hegemonic disputes. Methodologically, this is a theoretical essay based on a literature review, with emphasis on Gramsci's work and studies that apply his theory to the analysis of education. The article argues that the Gramscian approach allows educational policies to be interpreted not only as formal state guidelines but also as instruments of ideological struggle and the construction of hegemony. Thus, it contributes to deepening historiographical analyses of the role of the State and civil society in structuring education.

KEYWORDS: History of Education. Educational Policies. History of Educational Policies. Antonio Gramsci.

REFLEXIONES CONCEPTUALES SOBRE LA HISTORIA DE LAS POLÍTICAS EDUCATIVAS: POSIBILIDADES Y CONTRIBUCIONES TEÓRICAS DE GRAMSCI

RESUMEN: Este estudio, inserto en el campo de la Historia de la Educación, tiene como objetivo analizar las posibilidades de uso de la teoría gramsciana en la investigación de la Historia de las Políticas Educativas. A partir de la concepción de Estado Ampliado de Antonio Gramsci, se examina cómo las políticas educativas resultan de la interacción entre la sociedad política y la sociedad civil, estando permeadas por disputas hegemónicas. Metodológicamente, se trata de un ensayo teórico basado en una revisión bibliográfica, con énfasis en la obra gramsciana y en estudios que aplican su teoría al análisis de la educación. El artículo sostiene que el enfoque gramsciano permite interpretar las políticas educativas no solo como directrices formales del Estado, sino también como instrumentos de disputa ideológica y construcción de la hegemonía. De este modo, contribuye a profundizar los análisis historiográficos sobre el papel del Estado y de la sociedad civil en la estructuración de la educación.

PALABRAS CLAVE: Historia de la Educación. Políticas Educativas. Historia de las Políticas Educativas. Antonio Gramsci.

REFERÊNCIAS

BOBBIO, N. et al. **Dicionário de Política**. vol. 1. Brasília: Editora Universidade de Brasília, v. 674, 1998.

CHAUÍ, M. **Convite à Filosofia**, São Paulo. Ática. 2000.

FLEURY, S. Políticas sociais. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F.

DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte:

UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. v.1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**: introdução ao estudo da filosofia; a filosofia de Benedito Croce. 2015.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere, v.2**. 2a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

JULLIARD, J. - A Política. In: LE GOFF, Jacques (org.). **Fazer a História**, Bertrand Editora. Novas Contribuições, 2ª. Edição, 1989, p.263-284.

MARCASSA, L. P.; PESSOA, F. de M.. Escola, sociedade civil e aparelhos de hegemonia: uma contribuição gramsciana à educação. **PerCursos**, Florianópolis, v. 25, p. e0204, 2024.

RIBEIRO, M.; DAMASCENO, A.; GOLOBOVANTE, S.

MARTINS, A. M. S.; NEVES, L. M. W. Cultura, Educação, Dominação: Gramsci, Thompson, Williams. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, nº 55, p. 73-93, mar2014.

PAULILO, A. L. A pesquisa em políticas públicas de educação numa perspectiva histórica. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 91, n. 229, p. 481-510, 2010.

PAVIGLIANITI, N. Aproximaciones al desarrollo histórico de la política educacional. Buenos Aires: **Oficina de Publicaciones** de la Facultad de Filosofía y Letras, UBA, 1993.

PIANA, M. C. **As políticas sociais no contexto brasileiro: natureza e desenvolvimento**. 2009.

RÉMOND, R. **Por uma história política**. Editora UFRJ, 1996.

RUA, M. das G.. **Análise de políticas públicas: conceitos básicos**. Manuscrito, elaborado para el Programa de Apoyo a la Gerencia Social en Brasil. Banco Interamericano de Desarrollo: INDES, 1997.

SANFELICE, J. L. Fontes e história das políticas educacionais. In: LOMBARDI, J. C.;

NASCIMENTO, M. I. M. (Orgs.). **Fontes, história e historiografia da educação**. Campinas, SP: Autores Associados/HISTEDBR; Curitiba, PR: Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR); Palmas, PR: Centro Universitário Diocesano do Sudoeste do Paraná (UNICS); Ponta Grossa, PR: Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), 2004. p. 97-108.

SAVIANI, D. et al. **História da educação e política educacional. Educação no Brasil: história e historiografia**. Campinas: Autores Associados, p. 11-19, 2001.

SHEEN, M. R. C. C. A política educacional como momento de hegemonia: notas metodológicas a partir das contribuições de Antônio Gramsci. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 25, p. 3-12, 2007

THOMPSON, E. P. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VIEIRA, C. E. O conceito de formação humana no pensamento de Antonio Gramsci. **Educação em Revista**, n. 37, p. 83-94, 2003.

VIEIRA, S. L. **Estrutura e funcionamento da educação básica**. Fortaleza: EdUECE, 2015.

MARCUS RIBEIRO: Mestrando em Currículo e Gestão da Escola Básica na Universidade Federal do Pará (PPEB/UFPA). Graduado em Licenciatura Plena de Pedagogia na Universidade Federal do Pará (UFPA). Técnico Pedagógico na Pró-Reitoria de

Assistência e Acessibilidade Estudantil da UFPA (PROAES/UFPA). Membro do Laboratório de Pesquisas em Memória e História da Educação (LAPEM/UFPA).

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5163-4973>

E-mail: viniciusribeiro188@gmail.com

ALBERTO DAMASCENO: Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Mestre em Educação Escolar Brasileira pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Graduado em Arquitetura pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Professor Titular da Universidade Federal do Pará (UFPA), docente do Programa de Pós-graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica (PPEB/UFPA) e do Programa de Pós-graduação em Educação na Amazônia (PGEDA/UFPA). Coordenador do Laboratório de Pesquisas em Memória e História da Educação (LAPEM/UFPA).

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1620-6735>

E-mail: albertofdamasceno59@gmail.com

SMILE GOLOBOVANTE: Doutor em Educação na Amazônia pela Universidade Federal do Pará (PGEDA/UFPA). Mestre em Currículo e Gestão da Escola Básica (PPEB/UFPA). Graduado em Licenciatura em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Professor do Serviço Social da Indústria (SESI). Membro do Laboratório de Pesquisas em Memória e História da Educação (LAPEM/UFPA).

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3639-6767>

E-mail: profgolobovante@gmail.com

Este periódico utiliza a licença *Creative Commons Attribution 3.0*, para periódicos de acesso aberto (*Open Archives Initiative - OAI*).